

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART

Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais acompanhado das Informações Contábeis Intermediárias

Em 30 de setembro de 2019



Índice

	Página
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	3
Informações contábeis intermediárias	6
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de setembro de 2019	13

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5º andar | Botafogo Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos:

Acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART Bauru - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias da **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART** ("**Companhia**"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) — Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 — *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (lasb), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 1.1. às informações contábeis intermediárias, que indicam que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 44.100 mil e prejuízos acumulados de R\$ 989.731 mil no período findo em 30 de setembro de 2019 e, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 196.935 mil causados, principalmente, pelo registro no passivo circulante de empréstimos e debêntures no montante de R\$ 197.323 mil. Em 30 de

setembro de 2019, esses eventos e condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota explicativa nº 1.1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase

Procedimento arbitral

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 13.c às informações contábeis intermediárias, que inclui informações referentes ao recebimento pela Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. – CART, em 24 de fevereiro de 2017, de Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial), a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a CART apresentou resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral acima referido. Em 17 de outubro de 2017, a CART e a OAS firmaram Termo de Arbitragem para a instauração de procedimento arbitral. Em 28 de setembro de 2018 as peças foram replicadas e as tréplicas foram apresentadas em 26 de outubro de 2018. Dessa forma, em 30 de setembro de 2019, a Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos externos, registraram a parcela do processo arbitral com probabilidade de perda provável e realizaram as divulgações referentes às perdas possíveis e aos pleitos solicitados pela Companhia com a probabilidade de êxito. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no CPC 09 — Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período de três e nove meses do exercício anterior

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas, cujo relatório datado de 27 de março de 2019, não contém modificações e contém os mesmos parágrafos de ênfases sobre incertezas relevantes relacionada a continuidade operacional e procedimento arbitral. Adicionalmente, os valores correspondentes ao período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2018, foram por nós revisados, cujo relatório datado de 08 de novembro de 2018, não contém modificações e contém os mesmos parágrafos de ênfases sobre incertezas relevantes relacionada a continuidade operacional e procedimento arbitral, acrescido da ênfase sobre as investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação "Greenfield", e que envolviam a acionistas e partes relacionadas da Companhia. Em 13 de maio de 2019, as medidas cautelares que tinham sido impostas foram revogadas.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2019.

Ana Cristina Linhares Areosa CT CRC RJ-081.409/O-3 "S" - SP

Grant Thornton Auditores Independentes CRC 2SP-025.583/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais)

ATIVO	<u>Nota</u>	30/09/2019	31/12/2018
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	27.390	13.861
Contas a receber	4	23.116	20.395
Estoques		2.628	2.287
Tributos a recuperar	5.a	521	718
Adiantamentos		2.961	2.065
Partes relacionadas	6	-	1.094
Total do ativo circulante	-	56.616	40.420
NÃO CIRCULANTE			
Impostos diferidos ativos	5.b	12.658	8.976
Partes relacionadas	6	521	524
Depósitos judiciais	13.d	17.431	18.938
Outros		9	9
Imobilizado	7	3.510	4.605
Intangível	8	2.307.879	2.286.603
Total do ativo não circulante	-	2.342.008	2.319.655
TOTAL DO ATIVO	=	2.398.624	2.360.075

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>Nota</u>	30/09/2019	31/12/2018
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	27.813	33.795
Empréstimos e financiamentos	10	134.600	141.158
Debêntures	11	62.723	16.889
Tributos a recolher	5.c	3.914	4.095
Obrigações com empregados e administradores		6.331	5.479
Concessão de serviço público	12	1.065	504
Partes relacionadas	6	4.401	14.614
Receita diferida	14	12.573	8.805
Outros		131	714
Total do passivo circulante		253.551	226.053
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	10	266.793	358.306
Debêntures	11	909.662	943.134
Partes relacionadas	6	-	143
Provisão para riscos processuais	13	61.619	57.782
Receita diferida	14	39.684	41.338
Provisão para manutenção	15	129.545	118.451
Total do passivo não circulante		1.407.303	1.519.154
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	16.a	1.180.000	1.180.000
Prejuízos acumulados		(989.730)	(945.632)
Total do patrimônio líquido		190.270	234.368
Adiantamento para futuro aumento de capital	16.b	547.500	380.500
Total do patrimônio líquido e AFAC		737.770	614.868
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.398.624	2.360.075

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo (lucro líquido) por lote de mil ações)

	Nota	01/01/2019 a 30/09/2019	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018	
Receita operacional líquida	17	278.489	233.987	102.752	83.648	
Receita de construção	17	91.651	150.817	24.694	106.999	
Custo dos serviços prestados	17	(164.763)	(157.705)	(43.448)	(51.921)	
Custo de construção	17	(91.651)	(149.820)	(24.694)	(106.436)	
LUCRO BRUTO		113.726	77.278	59.304	32.290	
Receitas (despesas) operacionais						
Gerais e administrativas	17	(36.623)	(28.941)	(11.380)	(9.227)	
Outras receitas operacionais, líquidas	17	172	194	96	31	
RESULTADO OPERACIONAL		77.275	48.531	48.020	23.094	
RESULTADO FINANCEIRO		-				
Receitas financeiras	18	4.905	5.428	2.039	2.008	
Despesas financeiras	18	(129.961)	(131.678)	(34.911)	(44.286)	
		(125.056)	(126.250)	(32.872)	(42.278)	
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA						
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(47.781)	(77.719)	15.148	(19.184)	
Imposto de renda e contribuição social diferido	5.d	3.681	2.811	1.234	663	
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		(44.100)	(74.908)	16.382	(18.521)	
(Prejuízo) Lucro básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	19	(0,017)	(0,029)	0,006	(0,007)	
As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.						

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social Subscrito	Prejuízos acumulados	Subtotal	AFAC	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		1.180.000	(855.582)	324.418	205.000	529.418
Adiantamento para futuro aumento de capital Prejuizo do período SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018	16	1,180,000	(74.908) (930.490)	(74.908) 249.510	97.500	97.500 (74.908) 552.010
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		1.180.000	(945.630)	234.370	380.500	614.870
Adiantamento para futuro aumento de capital Prejuízo do período	16		(44.100)	(44.100)	167.000	167.000 (44.100)
SALDOS EM 30 DE SETEMBROO DE 2019		1.180.000	(989.730)	190.270	547.500	737.770

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	Nota	30/09/2019	30/09/2018
Receitas		396.921	410.328
Prestação de serviços	17	305.164	258.482
Receita de construção	17	91.651	150.817
Reversão para créditos de liquidação duvidosa	4	-	835
Outras receitas	17	106	194
Insumos adquiridos de terceiros		(183.736)	(236.092)
Custos das mercadorias e serviços	•	(2.578)	(2.205)
Custo de construção	17	(91.651)	(149.820)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(89.460)	(84.002)
Perda/recuperação de valores ativos		(48)	(65)
Valor adicionado bruto		213.185	174.236
Retenções		(72.840)	(73.391)
Depreciação e amortização	7 e 8	(72.840)	(73.391)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		140.345	100.845
Valor adicionado recebido em transferência		4.905	5.428
Receitas financeiras	18	4.905	5.428
Total do valor adicionado a distribuir		145.250	106.273
Distribuição do valor adicionado	:	145.250	106.273
Pessoal e encargos		20.389	19.793
Remuneração direta		14.302	14.435
Beneficios		4.971	5.146
FGTS		1.094	1.240
Outros		23	(1.028)
Impostos, taxas e contribuições		35.864	29.008
Federais	•	12.125	12.725
Estaduais		9.244	4.040
Municipais		14.495	12.243
Remuneração capital de terceiros	-	133.096	132.380
Juros e variação monetária	•	129.439	131.077
Aluguéis		3.136	703
Outras		521	600
Remuneração de capital próprio	_	(44.100)	(74.908)
Prejuízo do período		(44.100)	(74.908)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

	01/01/2019 a 30/09/2019	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(44.100)	(74.908)	16.382	(18.521)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-		
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	(44.100)	(74.908)	16.382	(18.521)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	30/09/2019	30/09/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo antes dos impostos e contribuição		(47.780)	(77.719)
Ajustes:			
Depreciação e amortização	7 e 8	72.840	73.391
Baixa de imobilizado e intangível	7 e 8	517	637
(PECLD)		-	(835)
Provisão para manutenção		11.094	18.000
Apropriação receita diferida		21.651	14.259
Margem de construção		-	(996)
Constituição de outorga variável		9.709	3.877
Provisão (reversão) para riscos processuais, líquidos		3.836	1.108
Variações monetárias e encargos, líquidos		121.501	70.316
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	4	(2.721)	(3.001)
Estoques		(340)	186
Tributos a recuperar	5	197	2.562
Depósitos judiciais		1.508	(993)
Adiantamentos		(896)	(1.421)
Parte relacionada	6	1.097	(930)
(Aumento) redução nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(5.983)	5.817
Obrigações com empregados e administradores		852	(2.303)
Tributos a recolher		(181)	1.866
Partes relacionadas		(10.356)	16.436
Receita diferida		(19.538)	(12.283)
Pagamento de outorga variável	12	(9.147)	(3.895)
Outras obrigações e contas a pagar		(584)	88
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		147.277	104.167
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado		(554)	(361)
Aquisição de intangível		(92.984)	(91.261)
Aplicações financeiras		(59.386)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(152.924)	(91.622)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(1021)21)	(>1.022)
		1.77.000	07.500
Adiantamento para futuro aumento de capital		167.000	97.500
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	10	(102.053)	(100.111)
Juros e remununerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	10	(45.769)	(47.532)
Caixa líquido aplicado (gerado) nas atividades de financiamento		19.178	(50.143)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E			
EQUIVALENTES DE CAIXA		13.530	(37.598)
	2	12.061	41.521
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	13.861 27.390	41.531 3.933
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3	27.390	3.933
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E			
EQUIVALENTES DE CAIXA		13.530	(37.598)
EQUITABLITED DE CAIAA		15.550	(37.370)



Relatório de Revisão do Auditor Independente acompanhado das Informações Contábeis Intermediárias

Em 30 de setembro de 2019

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Operações da Companhia

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("CART" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP"), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O trecho concedido é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km 381+703, no entroncamento com a SP-327, Km 32+433, Ourinhos; final do trecho no Km 654+730, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul.

II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo.

III. SP-327: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados do leilão pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou com duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro de 2009 duas novas praças

iniciaram a operação desativando as duas entregues inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

A CART é uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR ("INVEPAR").

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$196.935 (R\$185.633 em 31 de dezembro de 2018), causado, principalmente, pelo endividamento financeiro de curto prazo no montante de R\$197.323.

Em complemento a geração de fluxo de caixa das operações projetado, para a concretização do seu plano de negócio, a Companhia possui dependência de aportes do acionista INVEPAR.

Adicionalmente, em 10 de maio de 2019, a Administração da INVEPAR divulgou o Fato Relevante no qual informou que contratou assessor financeiro para a busca de potenciais investidores para aquisição de até 100% da participação da Companhia na sua Controlada CART.

A Companhia esclarece, ainda, que as discussões acerca da potencial venda das ações da CART encontram-se em estágio inicial podendo, a qualquer momento, serem suspensas ou canceladas pela Companhia. Portanto, não há no momento qualquer contrato, acordo ou termo de compra e venda das ações da CART firmado pela Companhia, ainda que sob condições suspensivas, bem como não foi concedida exclusividade ou direito de preferência nesta operação para qualquer investidor ou grupo de investidores.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS (INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS)

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) em 13 de novembro de 2019, que compreendem:

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não tiveram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominadas de "Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2018"), publicadas na imprensa oficial em 28 de março de 2019.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018.

2.1. Normas e interpretações novas e revisadas

Neste trimestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pela aplicação a partir de 1º de janeiro de 2019, das seguintes normas:

- IFRS 16 Leasing estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. A IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.
- IFRIC 23/ICPC22 Incerteza sobre o Tratamento do Tributo sobre o Lucro. Essa norma esclarece os critérios para mensuração e reconhecimento do IAS 12 Tributos sobre o lucro.

Não houve impacto da aplicação dessas normas nas informações contábeis intermediárias

2.2. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa Caixa e bancos	2.824	11.532
Aplicações financeiras Certificados de Depósito Bancário - CDB Fundo Mover	24.566	2 2.327
Total de caixa e equivalentes de caixa	27.390	13.861

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 30 de setembro de 2019, as aplicações financeiras icaram indexadas a uma taxa média de 98,80% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (taxa média de 98,81% em 31 de dezembro de 2018).

4. CONTAS A RECEBER

	30/09/2019	31/12/2018
AVI (a)	21.263	18.020
Vale pedágio	432	983
Locação de fibra óptica	771	347
Outros	650	1.045
Total	23.116	20.395

(a) Referente à utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. O prazo médio de recebimento é de 22 dias.

Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor

	J	, 1 –		Saldos v	encidos	
	Total	recuperável -	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias
						_
30 de setembro de 2019	23.116	22.754	310	2	21	29
31 de dezembro de 2018	20.395	19.838	86	457	14	-

5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Tributos a recuperar

	30/09/2019	31/12/2018
IRRF sobre aplicações financeiras	521	718
Total circulante	521	718

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	30/09/2019	31/12/2018
Prejuízo fiscal	58.807	58.807
Base negativa	21.171	21.171
Total do ativo fiscal diferido	79.978	79.978
Amortização de direito de concessão	(45.203)	(46.942)
Custo de Captação	(12.067)	(13.623)
Margem de construção	(8.234)	(8.551)
Margem de construção (Lei 12.973)	(1.816)	(1.886)
Total do passivo fiscal diferido	(67.320)	(71.002)
Total	12.658	8.976

A Companhia não constituiu IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre prejuízo fiscal, base negativa da CSLL e diferenças temporárias, devido à falta de expectativa de geração de base tributável futura para os próximos dez anos, no montante acumulado de R\$323.164 (R\$310.679 saldo em 31 de dezembro de 2018).

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	30/09/2019
2024 a 2026	9.472
2027 em diante	70.506
Total dos ativos fiscais diferidos	79.978
Total dos passivos fiscais diferidos	(67.320)
Total dos impostos diferidos	12.658

c) Tributos a recolher

	30/09/2019	31/12/2018
PIS e COFINS	1.336	1.308
ISS	2.131	2.174
IRRF e CSRF	257	318
INSS sobre terceiros	190	295
Total circulante	3.914	4.095

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	01/01/2019 a 30/09/2019	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018
Prejuízo (Lucro) antes do imposto de renda e contribuição social	(47.780)	(77.719)	15.148	(19.184)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	16.244	26.424	(5.150)	6.522
Adições permanentes	(79)	(264)	34	(8)
Adições/exclusões temporárias	(4.360)	(1.652)	2.414	2.275
IR/CS diferidos não constituídos - Prejuízo fiscal e base negativa	(8.124)	(21.697)	3.936	(8.126)
Total de impostos no resultado	3.681	2.811	1.234	663
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Resultado	3.681	2.811	1.234	663

6. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

30/09/2019					
			Ativo	Passivo	Resultado
Parte relacionada	Transação	Relação	Não circulante	Circulante	Despesa
GRU - AIRPORT	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	520	-	-
INVE PAR	Compartilhamento de despesas (*)	Controladora	-	4.401	(19.362)
Total			520	4.401	(19.362)

31/12/2018						30/09/2018	
		Ativo Passivo		ivo	Resultado		
Parte relacionada	Transação	Relação	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Despesa
VIA 040	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	4	-	-	-
METRORIO	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	100	-
LAMSA	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	41	-
CLN	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	2	-
GRU - AIRPORT	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	520	-	-	-
INVE PAR	Compartilhamento de despesas (*)	Controladora	1.094	-	14.614	-	(16.417)
			1.094	524	14.614	143	(16.417)

(*) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Remuneração da Administração

Em 29 de abril de 2019, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$2.158.

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o período:

Composição	30/09/2019	31/12/2018
Pró-labore	575	768
Bônus variáveis	644	837
Encargos	314	321
Outros benefícios	127	119
Total	1.660	2.045

7. IMOBILIZADO

	Vida útil em anos	31/12/2018	Adições	Baixas	Trans ferência	30/09/2019
Custo						
Instalações	25	165	-	-	-	165
Máquinas e equipamentos	10	6.396	62	-	-	6.459
Móveis e utensílios	10	4.025	85	-	-	4.110
Veículos	5	3.621	-	(122)	145	3.644
Equipamentos de informática	5	39.820	407	-	-	40.227
Ferramentas e aparelhos	5	329	-	-		329
·		54.356	554	(122)	145	54.934
Depreciação acumulada						_
Instalações		(45)	(5)	-	-	(51)
Máquinas e equipamentos		(5.491)	(302)	-	-	(5.793)
Móveis e utensílios		(3.721)	(66)	-	-	(3.786)
Veículos		(3.226)	(253)	123	-	(3.357)
Equipamentos de informática		(36.948)	(1.167)	-	-	(38.115)
Ferramentas e aparelhos		(320)	(3)	-		(324)
		(49.751)	(1.794)	123	-	(51.423)
Imobilizado líquido		4.605	(1.239)	1	145	3.510

	Vida útil em anos	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018
Custo					
Instalações	25	164	1	-	165
Máquinas e equipamentos	10	6.176	282	(62)	6.396
Móveis e utensílios	10	3.919	122	(16)	4.025
Veículos	5	3.586	35	-	3.621
Equipamentos de informática	5	39.356	500	(36)	39.820
Ferramentas e aparelhos	5	327	2	-	329
		53.528	942	(114)	54.356
Depreciação acumulada					
Instalações		(38)	(7)	-	(45)
Máquinas e equipamentos		(5.178)	(375)	62	(5.491)
Móveis e utensílios		(3.550)	(187)	16	(3.721)
Veículos		(2.648)	(578)	-	(3.226)
Equipamentos de informática		(35.161)	(1.823)	36	(36.948)
Ferramentas e aparelhos		(312)	(8)	_	(320)
·		(46.887)	(2.978)	114	(49.751)
Imobilizado líquido		6.641	(2.036)	-	4.605

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente

desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 30 de setembro de 2019.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

8. INTANGÍVEL

	Vida útil em anos	31/12/2018	Adições	Baixas	Trans ferência	30/09/2019
Custo						
Software	5	10.713	-	-	-	10.713
Marcas e patentes	10	20	-	-	-	20
Direito de concessão	(*)	2.285.330	92.984	(531)	(145)	2.377.638
Outorga fixa	(*)	634.000	-	-	-	634.000
		2.930.063	92.984	(531)	(145)	3.022.371
Amortização						
Software		(9.417)	(454)	-	-	(9.871)
Marcas e patentes		(16)	(2)	-	-	(18)
Direito de concessão		(427.661)	(54.740)	14	-	(482.387)
Outorga fixa		(206.366)	(15.850)	-	-	(222.216)
Amortização acumulada		(643.460)	(71.046)	14	-	(714.493)
Intangível líquido		2.286.603	21.938	(517)	(145)	2.307.879

Vida útil em anos	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018
5	10.713	-	-	10.713
10	20	-	-	20
(*)	2.093.591	192.518	(779)	2.285.330
(*)	634.000	=	=	634.000
	2.738.324	192.518	(779)	2.930.063
	(8.705)	(712)	-	(9.417)
	(13)	(3)	-	(16)
	(354.879)	(72.924)	142	(427.661)
	(185.233)	(21.133)	-	(206.366)
	(548.830)	(94.772)	142	(643.460)
	2.189.494	97.746	(637)	2.286.603
	5 10 (*)	31/12/2017 5 10.713 10 20 (*) 2.093.591 (*) 634.000 2.738.324 (8.705) (13) (354.879) (185.233) (548.830)	31/12/2017 Adições 5 10.713 - 10 20 - (*) 2.093.591 192.518 (*) 634.000 - 2.738.324 192.518 (8.705) (712) (13) (3) (354.879) (72.924) (185.233) (21.133) (548.830) (94.772)	Sample S

^(*) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 16 de março de 2039, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1. O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente

desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 30 de setembro de 2019.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

9. FORNECEDORES

	30/09/2019	31/12/2018
Fornecedores nacionais	27.813	33.790
Fornecedores internacionais		5
Circulante	27.813	33.795

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Pagamento		Variação Todo				
	31/12/2018	Principal	Juros	Provisão juros	monetária	Transferências	30/09/2019	
Passivo circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	81.741	(60.758)	(17.848)	16.251	2.261	60.156	81.803	
Sênior - BNDES - IPCA	59.417	(41.295)	(27.921)	15.612	11.316	35.668	52.797	
Total	141.158	(102.053)	(45.769)	31.863	13.577	95.824	134.600	
Passivo não circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	212.679	-	-	-		(60.156)	152.523	
Sênior - BNDES - IPCA	218.100	-	-	-		(35.668)	182.432	
Total	430.779	-	-	-	-	(95.824)	334.955	
Total geral	571.937	(102.053)	(45.769)	31.863	13.577	-	469.555	
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(72.473)						(68.162)	
Dívida líquida	499.464					=	401.393	
						-		
		Pagame	nto		17 · ~			
	31/12/2017	Principal	Juros	Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/12/2018	
Passivo circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	81.604	(80.528)	(27.871)	27.453	551	80.532	81.741	
Sênior - BNDES - IPCA	59.956	(39.749)	(26.167)	23.672	1.956	39.749	59.417	
Conta garantida - Bradesco Total	219 141.779	(219)	(20)	51.125	2.527	120.281	141.158	
Total	141.779	(120.470)	(34.038)	31.123	2.321	120.201	141.136	
Passivo não circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	291.480	-	-	-	1.731	(80.532)	212.679	
Sênior - BNDES - IPCA	249.579	-	-	-	8.270	(39.749)	218.100	
Total	541.059	-	-	-	10.001	(120.281)	430.779	
Total geral	682.838	(120.496)	(54.058)	51.125	12.528	-	571.937	
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(73.421)						(72.473)	
Dívida líquida	609.417					_	499.464	

(*) Em decorrência da Companhia dispor de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido os ativos e passivos financeiros e da administração da Companhia ter a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, as aplicações financeiras vinculadas aos empréstimos e financiamentos estão apresentadas no passivo não circulante em 30 de setembro de 2019. As aplicações financeiras no montante de R\$68.652 em 30 de setembro de 2019 (R\$72.473 em 31 de dezembro de 2018) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a Companhia deva constituir uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (i) 7 (sete) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" a partir de setembro de 2013; e (ii) 8 (oito) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" a partir de setembro de 2015.

	Taxa Média	<u>Indexador</u>	Vencimentos	30/09/2019	31/12/2018
Certificados de Depósitos Bancários					
Pós- fixado			Abr/19 a		
Compromissadas com BNDES	95,00%	CDI	Nov/19	68.162	72.473

As aplicações financeiras são classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a uma taxa média de 95,00% do CDI (em 31 de dezembro de 2018, a taxa média de 96,52% do CDI).

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	30/09/2019
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	64.080
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	73.626
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	96.620
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	58.411
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	176.818
Subtotal				469.555
Aplicações financeiras vinculadas			_	(68.162)
Empréstimos e financiamentos líquidos			_	401.393
		Parc	elas do circulante	134.600
		Parcelas	do não circulante	266,793

^(*) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA

BNDES - Sênior

Em 10 de fevereiro de 2011, a Companhia assinou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) convertendo a captação inicial da modalidade Ponte para Sênior.

A primeira liberação, referente ao "Subcrédito A", no montante de R\$377.575, ocorreu em 15 de fevereiro de 2011. Parcela deste empréstimo, no montante de R\$273.637 foi utilizado para quitação do valor original, juros e comissão do empréstimo ponte, restando o valor líquido de R\$103.938.

Subcrédito A vem sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de outubro de 2011. Sobre o montante da dívida incidem juros de 2,45% a.a. acima da TJLP.

O crédito foi posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados foram feitas. Do montante total contratado de R\$1.052.242, foi liberado pelo BNDES R\$1.039.487 até 30 de setembro de 2019 (R\$1.039.487 até 31 de dezembro de 2018), restando um saldo a liberar de R\$12.755.

Cláusulas restritivas

Conforme contrato de financiamento com o BNDES os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, anualmente junto com as demonstrações contábeis auditadas de 31 de dezembro de cada ano. Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = $^{(1)}$ EBITDA ajustado/(amortizações + $^{(2)}$ juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): $\geq 1,2$.

11. DEBÊNTURES

	31/12/2018	Custo de captação	Pagame	nto	Provisão juros	Variação	riação Transferências	30/09/2019
	31/12/2018	amortizado	Principal	Juros	Provisao juros	monetária	1 rans terencias	30/09/2019
Passivo circulante								
Debêntures	23.007	-	-	-	34.488	570	11.951	70.016
Custos a amortizar	(6.118)	4.999	-	-	-	-	(6.174)	(7.293)
Total	16.889	4.999	-	-	34.488	570	5.777	62.723
Passivo não circulante								
Debêntures	984.104	-	-	-	15.986	20.017	(11.951)	1.008.156
Custos a amortizar	(33.950)	-	-	-	-	-	6.174	(27.776)
Total	950.154	-	-	-	15.986	20.017	(5.777)	980.380
Total geral	967.043	4.999	-	-	50.474	20.587	-	1.043.103
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(7.020)							(70.718)
Dívida líquida	960.023						_ =	972.385
	31/12/2017	Custo de captação —	Pagame	nto	Provisão juros	Variação	Transferências	31/12/2018
	31/12/2017	amortizado —	Principal	Juros	riovisao juios	monetária	Transferencias	31/12/2016
Passivo circulante								
Debêntures	22.408	-	(21.426)	(60.221)	60.030	395	21.821	23.007
Custos a amortizar Total	(5.149) 17.259	5.148 5.148	(21.426)	(60.221)	60.030	395	(6.117) 15.704	(6.118) 16.889
Passivo não circulante								
Debêntures	967.243	-	-	-	-	38.682	(21.821)	984.104
Custos a amortizar	(40.067)	-	-	-	-		6.117	(33.950)
Total	927.176	-	-	-	-	38.682	(15.704)	950.154
Total geral	944.435	5.148	(21.426)	(60.221)	60.030	39.077	-	967.043
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(7.105)							(7.020)
Dívida líquida	937.330						=	960.023

^(*) As aplicações financeiras no montante de R\$70.718 em 30 de setembro de 2019 (R\$7.020 em 31 de dezembro de 2018) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a Companhia deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures. São classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a uma taxa média de 95,00% do CDI (em 31 de dezembro de 2018, a taxa de 96,52% do CDI).

⁽¹⁾ O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSLL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

⁽²⁾ Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

Objeto	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	Venciment	<u>o</u> <u>3</u>	0/09/2019
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	1	546.420
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	1	531.752
(-) Custos de transação - Debêntures					(35.069)
Subtotal					1.043.104
(-) Aplicações financeiras vinculadas (*)					(70.718)
Debêntures líquidas					972.385
Parcelas do circulante					62.723
Parcelas do não circulante					909.662
	<u>Taxa</u>	<u>Indexador</u>	Vencimentos	30/06/2019	<u>31/12/2018</u>
Certificados de Depósitos Bancários Pós-fixado Compromissadas com Debêntures	95,00%	CDI	Nov/19 a Abr/20	70.718	7.020

Debêntures - 2^a emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 400.

Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série forma emitidas 370.000 debêntures.

As debêntures teriam o prazo de vencimento de 12 anos, venceriam em 15 de dezembro de 2024 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série.

Os juros remuneratórios seriam pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 30 de setembro de 2019 é de R\$36.069 (R\$40.068 em 31 de dezembro de 2018).

As debêntures emitidas possuem, como uma das suas hipóteses de vencimento antecipado, a obrigação de manutenção da classificação de risco igual ou superior a "A-", ou equivalente, por ao menos uma Agência de Classificação de Risco contratada pela CART.

Em 11 de fevereiro de 2019, a agência de classificação de riscos S&P Global Ratings revisou o rating da emissora e o rating atribuído às Debêntures CART, ambos passando de 'brA-' para 'brBB-' em Escala Nacional Brasil, permanecendo ambos com CreditWatch negativo. Esta ação de rating decorreu do rebaixamento da classificação de risco da INVEPAR, que passou de 'B' para 'CCC+' na Escala Global e de 'brA-' para 'brBB-' na Escala Nacional Brasil.

Neste sentido a Companhia convocou, em comum acordo com o agente fiduciário, uma Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") para o dia 16 de abril de 2019, de forma a deliberarem sobre a declaração, ou não, de vencimento antecipado da Emissão. Os debenturistas da 2ª série aprovaram a não declaração do vencimento antecipado, mas não houve quórum de aprovação dos debenturistas da 1ª série. Com isso, houve suspensão da AGD que foi retomada no dia 5 de junho de 2019. Nessa data, os debenturistas da 1ª série aprovaram a não declaração do vencimento antecipado, com as seguintes condições:

- a) A CART pagou aos debenturistas um prêmio (flat) sobre o saldo atualizado das Debêntures na data da aprovação do *Waiver*; e
- b) A cada início de trimestre após a realização da AGD, a CART se comprometeu a aportar em conta corrente cedida fiduciariamente aos Debenturistas no âmbito da Emissão, o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do serviço da dívida anual das Debêntures (Valor Nominal Unitário + Remuneração) a título de reserva para pagamento do serviço da dívida das Debêntures para o ano em questão.

As aprovações para não declaração do vencimento antecipado foram através da renúncia temporária da cláusula de rebaixamento de rating pelo prazo de 24 meses, com pagamento de "waiver fee" e sem repactuação de taxas.

As Debêntures CART possuem garantias compartilhadas com dívidas contraídas pela CART junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES").

Cláusulas restritivas

Conforme previsto no contrato das debêntures os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações contábeis auditadas de 31 de dezembro de cada ano.

Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = (1) EBITDA ajustado/(amortizações + (2) juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): ≥ 1,2.

Hipóteses de Vencimento Cruzado

• Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas INVEPAR, CART, LAMSA, Metrô, CLN, Via040 e GRU AIRPORT (Partes Relacionadas) possuem cláusulas restritivas limitando o endividamento, contratação de novas dívidas, e emissão de novos valores mobiliários, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.

⁽¹⁾ O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSSL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

⁽²⁾ Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas INVEPAR, CART, Metrô, MetrôBarra, CLN, Via040 e GRU AIRPORT (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à distribuição de dividendos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas INVEPAR, CART, LAMSA, Metrô, GRU AIRPORT, CLN e Via040 (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à alienação de ativos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas INVEPAR, CART, LAMSA, CLN, Metrô, MetrôBarra, CLN, GRU AIRPORT e Via040 (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à alienação de controle acionário regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas as empresas INVEPAR, CART, LAMSA e MetrôBarra (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de possível vencimento antecipado no caso de rebaixamento de rating conforme tabela abaixo:

Empresa	Rating limite
INVEPAR	BBB+
LAMSA	BBB+
MetrôBarra	BBB-
CART	A-

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

a) Investimentos

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários;
- iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes;
- iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável

Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes:

Outorga fixa

Valor fixo de R\$634.000, conforme Nota explicativa nº 8, a favor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

Outorga variável

Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2018. A partir de janeiro de 2019, o percentual de 3% será aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia.

O compromisso com outorga variável a pagar, em 30 de setembro de 2019 é de R\$1.065 (R\$504 em 31 de dezembro de 2018).

Durante o período de seis meses findo em 30 de setembro de 2019, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$5.308 (R\$2.533 em 30 de setembro de 2018) referente à outorga variável.

c) Garantias

A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

- 1. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$24.403. Vigência mínima de 12 meses.
- 2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$136.146. Vigência de 12 meses.

13. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

Composição do risco

30/09/2019 Probabilidade de perda				
Provável	Possível	Total		
7.181	22.418	29.599		
4.313	12.902	17.215		
50.125	69.054	119.179		
61.619	104.374	165.993		
	7.181 4.313 50.125	Probabilidade de perd Provável Possível 7.181 22.418 4.313 12.902 50.125 69.054		

	31/12/2018 Probabilidade de perda					
Natureza do risco	Provável	Possível	Total			
Trabalhistas	4.924	17.501	22.425			
Cíveis	2.733	31.577	34.310			
Procedimentos Arbitrais	50.125	63.277	113.402			
Total	57.782	112.355	170.137			

(a) Movimentação dos riscos prováveis

Natureza do risco	31/12/2018	Constituição	Reversões/ pagamentos	30/09/2019
Trabalhistas	4.924	3.711	(1.454)	7.181
Cíveis	2.733	4.398	(2.818)	4.313
Procedimentos Arbitrais (a)	50.125	-	-	50.125
Total	57.782	8.109	(4.272)	61.619

Natureza do risco	31/12/2017	Constituição	Reversões/ pagamentos	31/12/2018
Trabalhistas	3.986	4.926	(3.988)	4.924
Cíveis	2.345	2.448	(2.060)	2.733
Procedimentos Arbitrais (a)	-	50.125	-	50.125
Total	6.331	57.499	(6.048)	57.782

Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário. Detalhamos abaixo as principais causas:

i. Em 1º de dezembro de 2015, o Ministério Público (MP) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2013 foi instaurado um inquérito civil com o objetivo de apurar o risco de atropelamento de animais domésticos e silvestres e o posterior encaminhamento dos animais resgatados no trecho da Rodovia Raposo Tavares ao centro de reabilitação e triagem, e ao final foi pleiteado a condenação da CART para iniciar as obras necessárias com o fito de garantir a devida assistência aos animais atropelados que necessitem de cuidados, bem como pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados à fauna.

Foi apresentado contestação pela CART e, posteriormente, manifestação pelo MP. A tutela antecipada formulada pelo MP foi indeferida pelo Juiz, determinando-se assim a especificação de provas pelas partes.

Foi realizada perícia judicial. Em 04 de julho de 2017 foi apresentado o laudo pericial para manifestação da CART, que apresentou sua manifestação em 04 de agosto de 2017.

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 30 de setembro de 2019 é de R\$ 1.000.

ii. Em 16 de setembro de 2015, o Ministério Público (MP) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2013 foi instaurado inquérito civil com o objetivo de apurar indevidas ações e omissões por parte da Companhia na nascente Água de Óleo, o que teria provocado danos ambientais, e ao final foi pleiteado a condenação da CART a realizar diversas medidas para restaurar a área da nascente, bem como a pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados às áreas de preservação permanente. Foi apresentado contestação pela CART e, posteriormente, manifestação pelo MP. A tutela antecipada formulada pelo MP foi deferida pelo Juiz determinando que a CART promova, no prazo de 180 dias, as obras pleiteadas pelo MP, com o objetivo de eliminar os problemas envolvendo o volume exacerbado de águas pluviais e a poluição na Nascente da Água do Óleo, sob pena de multa diária de R\$ 3, bem como especificar provas pelas partes. Em 20 de maio de 2018 foi proferida decisão nos autos da ACP que envolve a Nascente Água do Óleo, suscitando conflito negativo de competência com a Vara Cível, portanto, o processo irá para o TJSP para julgamento do incidente processual em tela.

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 30 de setembro de 2019, é de R\$ 2.322.

iii. Em 25 de outubro de 2016, o Ministério Público Estadual (GAEMA) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2012 foi instaurado um inquérito civil com o objetivo de apurar o risco de atropelamento de animais domésticos e silvestres e o posterior encaminhamento dos animais resgatados no trecho da Rodovia Raposo Tavares ao centro

de reabilitação e triagem, e ao final foi pleiteado a condenação da CART para iniciar as obras necessárias com o fito de garantir a devida assistência aos animais atropelados que necessitem de cuidados, bem como pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados à fauna. A CART foi citada em 19 de julho de 2017 e apresentou defesa em 30 de agosto de 2017. Em 17 de outubro de 2017, houve juntada da réplica pelo Ministério Público Estadual.

Em 12 de março de 2018, o juiz deferiu a suspensão do processo pelo prazo de 180 dias em virtude de solicitação da CETESB. O MP agravou da decisão, recurso este ainda pendente de julgamento.

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 30 de setembro de 2019 é de R\$ 1.973.

c) Procedimento Arbitral

Em 24 de fevereiro de 2017, a CART recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial e parte relacionada), com valor provisório atribuído de R\$450.000, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. A CART não concorda com os pedidos apresentados pela OAS S.A., e por outro lado, entende que OAS S.A. deixou de cumprir com obrigações do contrato de execução de obras civis.

Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a CART respondeu ao pedido de instauração de procedimento arbitral, apresentando seus contra pleitos, aos quais se atribuíram provisoriamente o valor de R\$350.000.

Em 17 de outubro de 2017, a CART e a OAS S.A., dando continuidade ao processo arbitral firmaram Termo de Arbitragem para instauração do procedimento arbitral.

No dia 29 de setembro de 2018 as partes apresentaram alegações iniciais, que foram respondidas, por ambas as partes, em 31 de agosto de 2018. As peças foram replicadas em 28 de setembro de 2018 e as tréplicas foram apresentadas em 26 de outubro de 2018.

A Administração da CART, consubstanciada na opinião de seus assessores externos, avaliou o prognóstico de êxito para os pleitos da OAS de R\$50.125 como provável, reconhecidos como direito de concessão, R\$63.277 como possível e R\$362.609 como remoto.

Nenhum registro contábil foi realizado referente ao prognóstico dos pleitos da CART sendo R\$213.325 avaliados como ganho provável, consubstanciada na opinião de seus assessores externos.

d) Depósitos Judiciais

Depósitos Trabalhistas – Recurso Ordinário / Recurso de Revista

Tratam-se de recursos jurídicos destinados à busca de decisão favorável, revertendo à decisão anterior (sentença ou acórdão).

Para ser interpostos, estes Recursos necessitam de Depósitos Judiciais para garantir parte do valor arbitrado(estipulado) na condenação, garantindo assim parte da futura execução.

Em 30 de setembro de 2019, o montante é de R\$815 (em 31 de dezembro de 2018, o montante é de R\$1.899).

Depósitos Cíveis – garantia

Os depósitos efetuados nos processos cíveis são destinados a garantir, desde logo, os valores que julgamos devidos no processo. Em geral, são efetuados os depósitos para, quando entramos com uma ação, ou mesmo em defesa, se evite o acréscimo de correção monetária e juros de mora.

Em 30 de setembro de 2019, o montante é de R\$ 16.616 (em 31 de dezembro de 2018, o montante é de R\$17.039).

14. RECEITA DIFERIDA

As receitas diferidas são reconhecidas pela Companhia pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação referente à locação de infraestrutura de fibra óptica e à ocupação da faixa de domínio e reconhecidas ao resultado do período pela comprovação da prestação de serviço prevista no contrato.

	30/09/2019	31/12/2018
Infraestrutura de telecomunicação	46.878	49.748
Outros		395
Total	46.878	50.143
Circulante	12.573	8.805
Não circulante	39.684	41.338

15. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço para recomposição da infraestrutura aos níveis exigidos pelo poder concedente.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em em 30 de setembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 é:

	31/12/2018	Adições	30/09/2019
Não circulante	118.451	11.094	129.545
Total	118.451	11.094	129.545

	31/12/2017	Adições	31/12/2018
Não circulante	94.372	24.079	118.451
Total	94.372	24.079	118.451

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$1.180.000, representados por 2.616.389.044 ações, sendo 1.308.194.522 ações preferenciais e 1.308.194.522 ações ordinárias, integralmente subscritas pela INVEPAR.

As ações preferenciais não têm direito a voto e possuem os mesmos direitos de participação nos resultados da Companhia conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Companhia, e têm, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

Acionistas	30/09/2019	31/12/2018
INVEPAR	547.500	380.500
	547.500	380.500

Durante o período de nove meses de 2019, a controladora efetuou adiantamentos para futuro aumento de capital que totalizaram R\$ 167.000, tendo em vista a necessidade de autorização prévia da ARTESP para a incorporação dos valores ao capital social da Companhia. Cabe ressaltar a total intenção da INVEPAR na integralização deste capital, restando apenas trâmites societários.

17. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados de 30 de setembro de 2019 e 2018 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza

	01/01/2019 a 30/09/2019	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018
Receita de pedágio	292.307	245.469	108.133	88.271
Receitas acessórias	12.662	12.915	4.277	5.184
Outras receitas	195	98	19	28
Impostos, deduções e cancelamentos	(26.675)	(24.495)	(9.677)	(9.835)
Receita de serviços	278.489	233.987	102.752	83.648
Receita de construção	91.651	150.816	24.694	106.999
Receita total	370.139	384.803	127.445	190.647

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se a receita de construção que será tributada no momento da realização do intangível.

Custos e despesas por natureza

	01/01/2019 a 30/09/2019	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018
Pessoal	(24.040)	(25.044)	(8.459)	(11.687)
Conservação e manutenção	(33.242)	(26.380)	(8.705)	(9.222)
Despesas adminstrativas	(24.254)	(25.829)	(6.752)	(2.095)
Operacionais	(22.363)	(13.693)	(7.017)	(6.745)
Outorga variável	(9.147)	(3.877)	(3.373)	(1.402)
Custo de construção	(91.651)	(149.820)	(24.694)	(106.436)
Provisão de manutenção	(11.094)	(18.001)	(3.698)	(5.779)
Reversão da provisão de manutenção	-	-	9.220	-
Depreciação e amortização	(72.840)	(73.390)	(24.165)	(24.376)
Perda no recebimento de crédito e riscos	(4.406)	(432)	(1.878)	158
Outras receitas (despesas) operacionais	172	194	96	31
·	(292.865)	(336.272)	(79.424)	(167.553)
Custo de serviços prestados	(164.763)	(157.705)	(43.448)	(51.921)
Custo de construção	(91.651)	(149.820)	(24.694)	(106.436)
Despesas gerais e administrativas	(36.623)	(28.941)	(11.380)	(9.227)
Outras receitas (despesas) operacionais	172	194	96	31
	(292.865)	(336.272)	(79.424)	(167.553)

18. RESULTADO FINANCEIRO

	01/01/2019 a 30/09/2019	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	4.849	5.170	2.027	1.871
Outros	56	258	12	137
Total receitas financeiras	4.905	5.428	2.039	2.008
Despesas financeiras				
Comissões e despesas bancárias (a)	(13.145)	(439)	(3.049)	(184)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(31.862)	(39.190)	(10.067)	(12.397)
Variação monetária passiva	(34.164)	(43.081)	(4.001)	(17.126)
Juros sobre debêntures	(50.474)	(48.805)	(17.580)	(14.384)
Outros	(316)	(163)	(214)	(195)
Total despesas financeiras	(129.961)	(131.678)	(34.911)	(44.286)
			-	
Total resultado financeiro	(125.056)	(126.250)	(32.872)	(42.278)

⁽a) Foram registradas as despesas inerentes ao waiver do vencimento antecipado das debêntures, conforme mencionado na nota 1, prêmio flat aos debenturistas e despesa com prestação de seviço do agente fiduciário envolvido na operação.

19. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	01/01/2019 a 30/09/2019		01/01/2018 a 30/09/2018			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(22.050)	(22.050)	(44.099)	(37.454)	(37.454)	(74.908)
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	1.308.195	1.308.195	2.616.390	1.303.481	1.303.481	2.606.962
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	(0,017)	(0,017)		(0,029)	(0,029)	
	01/0	07/2019 a 30/09/2019		01/0	7/2018 a 30/09/201	8
_	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico			_			
Prejuízo (lucro líquido) atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	8.191	8.191	16.381	(9.261)	(9.261)	(18.521)
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	1.308.195	1.308.195	2.616.390	1.303.481	1.303.481	2.606.962
Prejuízo (lucro líquido) básico e diluído por ação _	0,006	0,006		(0,007)	(0,007)	

A Companhia não possui instrumentos diluidores para os períodos findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018, não havendo diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

20. SEGUROS

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

		v igencia			
Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Início	Vencimento	Seguradora	Objeto
Garantia ampliações	R\$ 24.403	16/03/2019	16/03/2020	Fator	(a)
Garantia funções operacionais	R\$ 136.146	16/03/2019	16/03/2020	Fator	(b)
Responsabilidade civil	R\$ 100.000	01/08/2019	01/08/2020	Tokio Marine	(c)
Riscos operacionais	R\$ 280.000	01/08/2019	01/08/2020	Tokio Marine	(d)
D&O	R\$ 100.000	04/05/2019	04/05/2020	XL Seguros	-
AUTO FROTA	Tabela FIPE	24/08/2019	24/08/2020	Porto Seguro	-

Vinência

- a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviária do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16, integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.
- d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

21. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e fornecedores.

	30/09/2	2019	31/12/	2018	
Instrumentos financeiros	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	
Ativos				_	
Caixa e equivalentes de caixa	27.390	-	13.861	-	
Contas a receber	-	23.116	-	20.395	
Partes relacionadas	-	521	-	1.619	
Total do ativo	27.390	23.637	13.861	22.014	
Passivos					
Fornecedores	-	27.813	-	33.795	
Partes relacionadas	-	4.401	-	14.757	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	1.373.778	-	1.459.487	
Concessão de serviço público	-	1.065	-	504	
Obrigações com empregados e administradores	-	6.331	-	5.479	
Total do passivo	-	1.413.388	-	1.514.022	

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado se aproximam do valor de mercado, exceto as debêntures que em 30 de setembro de 2019 tinham o valor de R\$972.874 (R\$960.023 em 31 de dezembro de 2018).

Nos termos da Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O principal fator de risco de mercado que pode afetar os negócios da Companhia é a taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita a variação da TJLP e IPCA.

c) Exposição a riscos de créditos

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia apresenta valores a receber de R\$23.116, sendo 60,77% deste total, valores a receber do Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A – CGMP, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Via Fácil"). Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a Administração da Companhia caracteriza como improvável o risco de crédito oriundo destes valores a receber por considerá-los mitigados entre as concessionárias do setor rodoviário.

d) Operação de derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o período.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

30 de setembroo de 2019	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	197.323	841.952	334.503	1.373.778
Fornecedores	27.813	-	-	27.813
Concessão de serviço público	1.065	-	-	1.065

f) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pela Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários são apresentados de acordo com o requerimento da CVM.

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
DI Ativo (% ao ano)	7,16%	5,37%	3,58%
TJLP (% ao ano)	6,55%	8,19%	9,83%
IPCA Ativo (% ao ano)	4,10%	3,08%	2,05%
IPCA Passivo (% ao ano)	4,10%	5,13%	6,15%

Fonte: BACEN, BNDES, IBGE, CETIP e BM&F BOVESPA

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros

Em 30 de setembro de 2019, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição

à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

Ativo financeiro

					RESULTADO	
Operação	Risco/ indexador		Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Certificados de Depósito Bancário - CDB	DI	_	24.566	1.759	1.319	879
		_	24.566	1.759	1.319	879

Passivo financeiro

			RESULTADO			
Operação	Risco/ indexador	Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B	
BNDES	TJLP	234.326	15.348	19.191	23.034	
BNDES	IPCA	235.229	9.644	12.067	14.467	
Debênture	IPCA	1.078.172	44.205	55.310	66.308	
Total		1.547.727	69.197	86.569	103.808	
Aplicações financeiras vinculadas (*)	DI	(138.880)	(9.944)	(7.458)	(4.972)	
Total		1.408.847	59.253	79.111	98.837	

^(*) Registrado no ativo circulante para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (vide Notas explicativas n°s 9 e 10).

No quadro acima, são considerados três cenários sobre os passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia.

O montante equivalente a 100% dos empréstimos e financiamentos e debêntures da Companhia estão sujeitos à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros da TJLP e IPCA, e o equivalente de caixa e aplicação financeira sujeita a CDI, Selic e IPCA.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

g) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	30/09/2019	31/12/2018
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.373.778	1.459.487
Caixa e equivalentes de caixa	(27.390)	(13.861)
Dívida líquida	1.346.388	1.445.626
Patrimônio líquido	737.770	614.868
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.084.158	2.060.494

h) Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo Passivos financeiros	30/09/2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa	27.391	-	27.391	-
Total	27.391	-	27.391	-
Empréstimos e financiamentos	400.904	-	400.904	-
Debêntures	972.875	-	972.875	-
Concessão de serviço público	1.065	-	1.065	-
Total	1.374.844	-	1.374.844	-
Mensurados a valor justo Ativos e Passivos financeiros	31/12/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa	13.861	-	13.861	-
Total	13.861	-	13.861	-
Empréstimos e financiamentos Debêntures	499.464 960.023	-	499.464 960.023	- -
Concessão de serviço público	504	-	504	-
Total	1.459.991	-	1.459.991	_

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

22.TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	30/09/2019	30/09/2018
Aquisição de imobilizado/intangível ainda não liquidada financeiramente	5.798	65.265
	5.798	65.265







RELEASE DE RESULTADOS

Divulgação imediata

3T19 & 9M19

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

DRI@cart.invepar.com.br http://cart.ri.invepar.com.br





VEÍCULOS EQUIVALENTES PAGANTES – VEPS AUMENTARAM 7,0% NO 3T19 E 6,5% NO 9M19

RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA CRESCEU 22,8% E 19,0% NOS MESMOS PERÍODOS INDICADOS

DESTAQUES

VEÍCULOS EQUIVALENTES PAGANTES – VEPS AUMENTARAM 7,0% NO 3T19 E 6,5% NO 9M19

- O aumento no 3T19 é explicado pela safra recorde de milho no Mato Grosso do Sul, com impacto direto em VEPs pesados, além do maior número de dias úteis, que aumenta o tráfego de veículos leves.
- Em relação ao resultado acumulado de janeiro a setembro, há também o impacto da greve dos caminhoneiros. Colocando os números de 2018 e 2019 na mesma base de comparação, o resultado é um crescimento de aproximadamente 4,0% no 9M19 em relação ao 9M18.

RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA: CRESCIMENTO DE 22,8% 3T19 E DE 19,0% NO 9M19

 O aumento na Receita Líquida Ajustada é reflexo do maior número de VEPs, de reajuste tarifário contratual e de revisão tarifária ocorridos no período.

EBITDA AJUSTADO AUMENTOU 26,5% NO 3º TRIMESTRE E 16,0% NO 9M19

O crescimento do EBITDA do 9M19 está relacionado ao aumento verificado na Receita Operacional Líquida, impulsionada pelo aumento do número de VEPs e pelo reequilíbrio econômico-financeiro no contrato de concessão, por meio de reajuste tarifário.

Indicadores Selecionados (Mil)	3T19	3T18	A	9M19	9M18	A
VEPs1	13.483	12.606	7,0%	38.161	35.846	6,5%
Receita Líquida Ajustada² (R\$)	102.752	83.649	22,8%	278.490	233.987	19,0%
EBITDA Ajustado³ (R\$)	66.660	52.689	26,5%	161.212	138.928	16,0%
Lucro/Prejuízo do Exercício (R\$)	16.381	(18.521)	-188,4%	(44.099)	(74.908)	-41,1%

¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

Bauru, 13 de novembro de 2019. A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, empresa do Grupo Invepar, divulga os resultados do 3T19 e do acumulado no 9M19. Foram realizadas comparações com os mesmos períodos de 2018, conforme indicado. As informações são apresentadas com base em números extraídos das informações contábeis intermediárias revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.

² Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

³ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e Custo de Construção e à Provisão para Manutenção





DESEMPENHO OPERACIONAL

ÍNDICE ABCR

Variação no transporte de Veículos Dessazonalizado 1,2	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no ano (Jan-Set/19 sobre Jan-Set/18): Brasil	3,4%	4,3%	3,6%
Acumulado 3º Trimestre (Jul-Set/19 sobre Jul-Set/18): Brasil	2,9%	2,4%	2,9%

¹ Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers

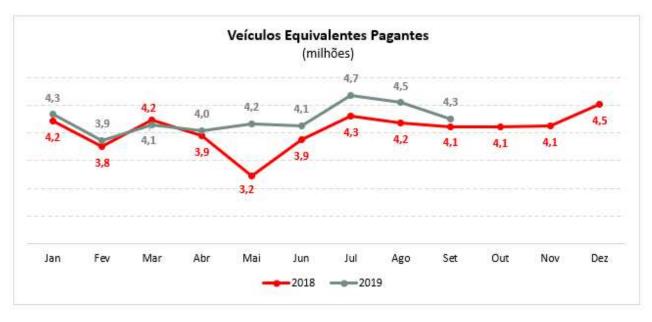
Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria (Índice ABCR Brasil) para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram que o fluxo total de veículos aumentou 2,9% no 3º trimestre de 2019, com crescimento de 2,4% em veículos pesados e de 2,9% em veículos leves, apesar do fraco ritmo de retomada da atividade econômica. Os mesmos índices para o período de janeiro a setembro do ano devem ser analisados com cautela pois estão sob efeito da greve dos caminhoneiros ocorrida de 21 a 31 maio de 2018, que reduziu substancialmente o fluxo de veículos pelas rodovias.

RESULTADO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (Mil)	3T19	3T18	A	9M19	9M18	
VEPs1	13.483	12.606	7,0%	38.161	35.846	6,5%
Veículos Leves	4.022	3.989	0,8%	12.003	11.628	3,2%
Veículos Pesados	9.461	8.617	9,8%	26.158	24.218	8,0%
Tráfego ²	6.312	6.136	2,9%	18.487	17.549	5,3%
Veículos Leves	4.072	4.040	0,8%	12.162	11.771	3,3%
Veículos Pesados	2.121	1.980	7,2%	5.976	5.442	9,8%
Veículos Isentos	118	116	2,6%	348	336	3,6%
Tarifa Média (R\$)	8,02	7,00	14,3%	7,66	6,85	16,7%

¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

² Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

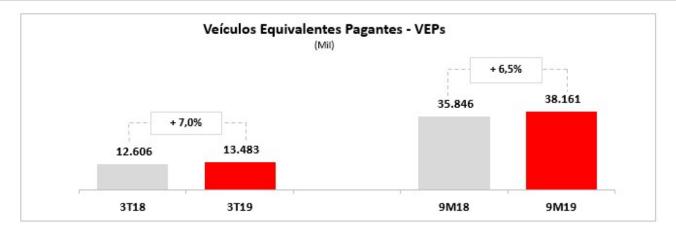


² Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em: http://www.abcr.org.br







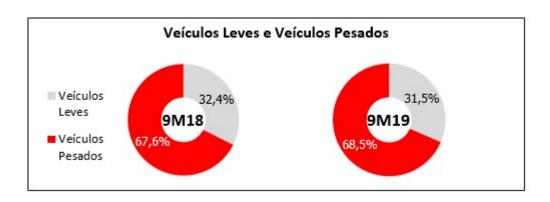


O fluxo de VEPs cresceu 7,0% no 3T19 comparado ao mesmo período do ano anterior. A produção de milho no Mato Grosso do Sul foi recorde, impactando diretamente na performance de VEPs pesados, que aumentaram 9,8% no 3T19. Em VEPs leves, foi registrado incremento de 0,8%. A variação em relação ao ano passado é influenciada pelo maior número de dias úteis em 2019, que provoca um fluxo menor para leves e maior para pesados.

No 9M19, houve aumento 6,5% nos VEPs em relação ao 9M18, com crescimento de 8,0% nos VEPs pesados e de 3,2% nos leves. O menor desempenho nos valores acumulados no ano em relação aos valores trimestrais para veículos pesados é explicado pela isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos, consequência da greve dos caminhoneiros. Apesar deste efeito, na praça de pedágio nº 7, em Regente Feijó-SP, foi verificado aumento significativo de veículos de 9 eixos, o que aumenta a equivalência média da praça e, portanto, o seu VEP. Por fim, destacamos que o poder concedente determinou o reequilíbrio econômico e financeiro pela isenção da cobrança de eixos suspensos por meio de reajuste tarifário contratual, em vigor desde 31 de dezembro de 2018.

A greve dos caminhoneiros ocorreu no período de 21 a 31 de maio de 2018. Colocando os números do 9M18 e do 9M19 na mesma base de comparação, o resultado é de crescimento de 4,0% em VEPs totais no 9M19.

O fluxo de veículos nas rodovias administradas pela CART se assemelha ao perfil nacional, com maior volume de veículos pesados em relação aos veículos leves. A proporção de VEPs pesados aumentou 0,9 p.p. no 9M19 em relação ao 9M18.







DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R\$ mil)	3T19	3T18		9M19	9M18	
Receita Bruta	137.123	200.482	-31,6%	396.815	409.297	-3,0%
Receitas com Pedágio	108.133	88.271	22,5%	292.307	245.469	19,1%
Receitas Acessórias	4.297	5.212	-17,6%	12.857	13.013	-1,2%
Receita de Construção (IFRS)	24.694	106.999	-76,9%	91.651	150.816	-39,2%
Receita Bruta Ajustada¹	112.429	93.483	20,3%	305.164	258.481	18,1%
Deduções da Receita Bruta	(9.677)	(9.835)	-1,6%	(26.675)	(24.495)	8,9%
Receita Líquida Ajustada¹	102.752	83.648	22,8%	278.489	233.986	19,0%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

Em 28 de dezembro de 2018, o Poder Concedente reconheceu que o não repasse do reajuste contratual em 2013 às tarifas de pedágio causou desequilíbrio na equação econômico-financeira do contrato de concessão. O restabelecimento da condição original do contrato de concessão da CART ocorreu por meio de reajuste tarifário vigente desde o dia 31 de dezembro de 2018.

A Receita Líquida Ajustada do 3T19 aumentou 22,8% frente a verificada no 3T18. No 9M19, o crescimento foi de 19,0% em relação a 2018. Nas Receitas com Pedágio, o aumento reflete tanto o maior volume de VEPs, especialmente os pesados, quanto os reajustes tarifários contratuais, incluindo reajuste tarifário em vigor desde o dia 1º de julho de 2019. Os novos valores das tarifas para cada uma das praças de pedágio da CART podem ser consultados no website da Companhia (http://www.cart.invepar.com.br/pages/Tarifas).

Nos mesmos períodos, as Receitas Acessórias reduziram devido à menor receita com cabeamento óptico.

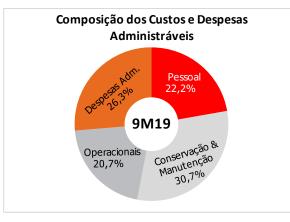
Em Receita de Construção, a variação frente ao período anterior reflete as diferentes fases do cronograma de investimentos da concessão.

CUSTOS E DESPESAS

Custos e Despesas (R\$ mil)	3T19	3T18		9M19	9M18	
Pessoal	(8.459)	(11.687)	-27,6%	(24.040)	(25.044)	-4,0%
Conservação & Manutenção	(8.705)	(9.222)	-5,6%	(33.242)	(26.380)	26,0%
Operacionais	(7.017)	(6.745)	4,0%	(22.363)	(13.693)	63,3%
Despesas Administrativas	(8.534)	(2.222)	284,1%	(28.488)	(26.067)	9,3%
Custos & Despesas Administráveis	(32.715)	(29.876)	9,5%	(108.133)	(91.184)	18,6%
Outorga Variável	(3.373)	(1.402)	140,5%	(9.147)	(3.877)	135,9%
Depreciação & Amortização	(24.165)	(24.376)	-0,9%	(72.840)	(73.390)	-0,8%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados ¹	(60.253)	(55.654)	8,3%	(190.120)	(168.451)	12,9%
Custo de Construção (IFRS)	(24.694)	(106.436)	-76,8%	(91.651)	(149.820)	-38,8%
Provisão de Manutenção (IFRS)	5.522	(5.779)	n.m	(11.094)	(18.001)	-38,4%
Custos & Despesas Operacionais	(79.424)	(167.869)	-52,7%	(292.865)	(336.272)	-12,9%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção

Os Custos & Despesas Administráveis aumentaram 9,5% no 3T19 em relação ao 3T18 e 18,6% na comparação entre os 9M19 e 9M18.



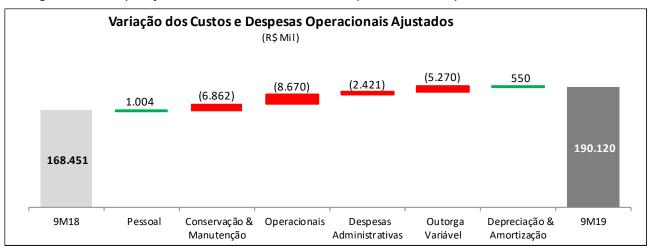
Em Conservação & Manutenção, houve maiores gastos com sinalização viária (pintura e tachas), com estabilização da via (terraplenos e recuperação de drenagem), além de manutenção e reconstituição de camada asfáltica. O aumento dos custos Operacionais é explicado pela renovação do contrato de aluguel de frota de veículos. Em Despesas Administrativas, foram registradas despesas relacionadas com o pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e maior volume de contingências judiciais.





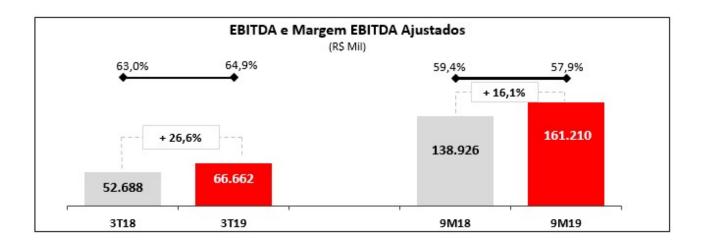
As maiores despesas com Outorga Variável estão diretamente relacionadas ao aumento da Receita Operacional da Companhia. O percentual fixo de desconto sobre esta receita é, atualmente, de 3%.

Em Custos de Construção, a variação frente ao período anterior reflete as diferentes fases do cronograma de investimentos da concessão, conforme demandas de obras. A Provisão de Manutenção acompanha o cronograma de recuperação da via, avaliado e monitorado periodicamente por meio de indicadores.



EBITDA E MARGEM EBITDA

EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	3T19	3T18		9M19	9M18	
Lucro (Prejuízo) Líquido	16.381	(18.521)	n.m	(44.099)	(74.908)	-41,1%
Resultado Financeiro Líquido	32.870	42.278	-22,3%	125.056	126.250	-0,9%
IRPJ & CSLL	(1.234)	(663)	86,0%	(3.681)	(2.811)	30,9%
Depreciação e Amortização	24.165	24.376	-0,9%	72.840	73.390	-0,8%
EBITDA ICVM 527	72.182	47.472	52,1%	150.116	121.922	23,1%
Margem EBITDA	56,6%	24,9%	31,7 p.p	40,6%	31,7%	8,9 p.p
Receita de Construção (IFRS)	(24.694)	(106.999)	-76,9%	(91.651)	(150.817)	
Custo de Construção (IFRS)	24.694	106.436	-76,8%	91.651	149.820	-38,8%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(5.522)	5.779	n.m	11.094	18.001	-38,4%
EBITDA Ajustado¹	66.660	52.688	26,5%	161.210	138.926	16,0%
Margem EBITDA Ajustada¹	64,9%	63,0%	1,9 p.p	57,9%	59,4%	-1,5 p.p

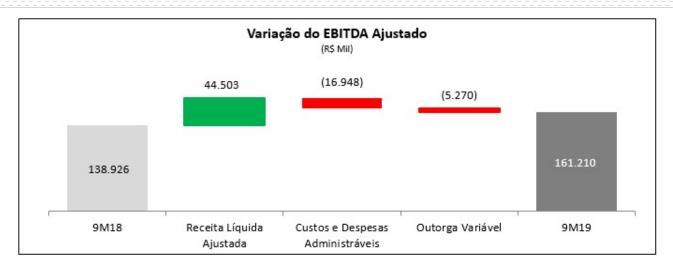


O EBITDA Ajustado aumentou 26,6% no 3T19 e 16,1% no 9M19 comparado aos mesmos períodos de 2019. Este aumento está relacionado ao crescimento na Receita Líquida Ajustada nos respectivos períodos. Dado que o aumento do EBITDA não acompanhou na mesma proporção o aumento da Receita Líquida, verificouse uma queda na Margem EBITDA Ajustada do 3T19 e do 9M19.









RESULTADO FINANCEIRO

Inflação e Juros	9M19	9M18	A
IPCA Últimos 12 Meses	2,90%	4,53%	-1,6 pp
CDI Final do Período	5,40%	6,39%	-1,0 pp
CDI Acumulado Últimos 12 meses	6,25%	6,65%	-0,4 pp
TJLP Final do Período	5,95%	6,56%	-0,6 pp
TJLP Média Últimos 12 meses	6,56%	6,73%	-0,2 pp

https://www.portalbrasil.net/ipca.htm

http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-segmentos-e-setoriais/serie-historica-do-di.htm https://calculadorarendafixa.com.br/#

https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/quia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-prazo-tilp

Resultado Financeiro (R\$ mil)	3T19	3T18	A	9M19	9M18	
Resultado Financeiro	(32.873)	(42.278)	-22,2%	(125.056)	(126.250)	-0,9%
Receitas Financeiras	2.039	2.008	1,5%	4.905	5.428	-9,7%
Juros sobre Aplicações Financeiras	2.027	1.871	8,3%	4.849	5.170	-6,2%
Outros	12	137	-91,2%	56	258	-78,2%
Despesas Financeiras	(34.911)	(44.286)	-21,2%	(129.961)	(131.678)	-1,3%
Comissões e despesas bancárias	(3.049)	(184)	n.m	(13.145)	(439)	n.m
Juros sobre empréstimo e financiamentos	(10.067)	(12.397)	-18,8%	(31.862)	(39.190)	-18,7%
Variação monetária passiva	(4.001)	(17.126)	-76,6%	(34.164)	(43.081)	-20,7%
Juros sobre debêntures	(17.580)	(14.384)	22,2%	(50.474)	(48.805)	3,4%
Outros	(214)	(195)	9,7%	(316)	(163)	95,1%

O Resultado Financeiro Líquido melhorou na comparação entre os trimestres e entre o acumulado de janeiro a setembro devido à redução nas linhas de juros e variação monetária sobre dívida, acompanhando a queda doa TJLP e IPCA, respectivamente. O aumento nas Despesas Financeiras na linha Outros aconteceu extraordinariamente, principalmente, pelo aumento nas Despesas Financeiras em função do pagamento de waiver fee aos debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures como contrapartida para o não vencimento antecipado dos papéis, como pode ser verificado no capítulo Disponibilidades e Endividamento deste *Release*.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

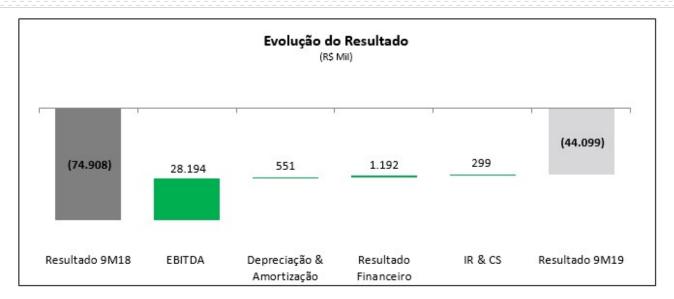
Resultado Líquido (R\$ mil)	3T19	3T18	A	9M19	9M18	A
Lucro/Prejuízo do Exercício	16.381	(18.521)	n.m	(44.099)	(74.908)	41,1%

O resultado do 3º trimestre de 2019 foi de Lucro Líquido de R\$ 16,4 milhões. Em relação ao 9M19, o Prejuízo Líquido reduziu de R\$ 74,9 milhões para R\$ 44,1 milhões. Esta melhora no resultado é explicada, em grande medida, pelo crescimento do EBITDA Ajustado.





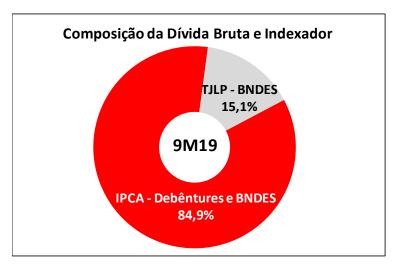




DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R\$ mil)	9M19	9M18	A
Dívida Bruta	(1.373.778)	(1.469.419)	-6,5%
Curto Prazo	(197.324)	(197.272)	0,0%
Empréstimos e Financiamentos	(134.600)	(134.668)	-0,1%
Debêntures	(62.723)	(62.604)	0,2%
Longo Prazo	(1.176.455)	(1.272.147)	-7,5%
Empréstimos e Financiamentos	(266.793)	(376.838)	-29,2%
Debêntures	(909.662)	(895.309)	1,6%
Disponibilidades	127.096	76.101	67,0%
Caixa e equivalentes de caixa	27.390	3.933	596,4%
Aplicações Financeiras Vinculadas¹	99.706	72.168	38,2%
Dívida Líquida Ajustada	(1.246.682)	(1.393.317)	-10,5%

¹ Aplicações financeiras - consideram Certificados de Depósitos Bancários Pós-fixado compromissados



A Dívida Bruta reduziu 6,5% no 9M19 em função do cronograma de amortizações sem contrapartida de novas captações.

Em 05 de junho de 2019, foi concluída a Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") da 2ª Emissão de Debêntures ("Emissão" ou "debêntures"), onde foi obtido waiver dos debenturistas para a não declaração de vencimento antecipado das debêntures. A necessidade de obtenção de waiver surgiu após revisão dos ratings da Companhia e da referida emissão, em 11 de fevereiro de

2019, passando de 'brA-' para 'brBB-'. Esta ação de *rating* decorreu do rebaixamento da classificação de risco da Invepar, controladora da Companhia. Maiores informações sobre este assunto podem ser verificadas na nota explicativa nº 01 das Informações Financeiras Intermediárias - ITR da Companhia relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2019.





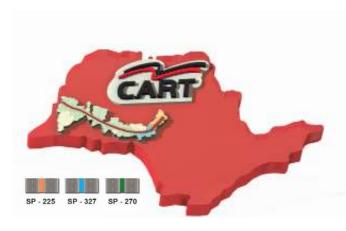
PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ mil)	9M19	9M18	A
Investimento Total	87.740	85.950	2,1%
Imobilizado	554	556	-0,4%
Intangível	92.984	151.656	-38,7%
Direito de Concessão (Investimento)	92.984	151.656	-38,7%
(-) Transação Não Caixa	(5.798)	(65.265)	-91,1%
(-) Margem de Construção	-	(997)	n.m

No período de janeiro a setembro de 2019 foram investidos R\$ 87,7 milhões, destinados, principalmente, aos projetos de manutenção da pavimentação, com recuperação do asfalto do corredor principal, e de recuperação estrutural, com reforço e instalação de OAEs (obras de arte especiais).

SOBRE A COMPANHIA

A CART



A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, empresa controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do corredor rodoviário denominado Raposo Tavares, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.

O Grupo Invepar venceu a concorrência internacional realizada pelo governo do Estado de

São Paulo em outubro, oferecendo a menor tarifa de pedágio.

O Corredor Raposo Tavares é formado pela SP-225 João Baptista Cabral Rennó, SP-327 Orlando Quagliato e SP-270 Raposo Tavares, no total de 834 quilômetros entre Bauru e Presidente Epitácio, sendo 444 no eixo principal e 390 quilômetros de vicinais. As rodovias da CART atravessam o território de 34 municípios, com acesso ao início da SP-280 Castelo Branco, conexão com o Mato Grosso do Sul e ao Norte do Paraná. Por isso, são de importância vital para o transporte de cargas entre as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Sobre a Invepar

A Invepar é umas das maiores empresas de infraestrutura de transporte da América Latina, atuando nos segmentos de Aeroportos, Mobilidade Urbana e Rodovias desde os anos 2000. Com um portfólio privilegiado, a Companhia possui, atualmente, 11 concessões com prazo médio remanescente de 20 anos, o maior comparado às demais empresas do setor no Brasil. É importante destacar que todas as concessões da Invepar estão em estágio operacional, indicando uma ampla capacidade de crescimento dentro de seus segmentos de atuação, com potencial geração de valor ao longo dos próximos 20 anos.







DEPARTAMENTO DE RI

Diretor de Relações com Investidores

Enio Stein Junior

Equipe de Relações com Investidores

Lívia Bragança Nilton Pimentel

Aline Campos Rafael Rondinelli

DRI@cart.invepar.com.br 🔪 +55 21 2211 1300

